Salários rurais: 26 anos de acompanhamento

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

O mercado de trabalho rural reflete tanto a conjuntura geral da economia quanto as particularidades da atividade agrícola. Logo após os planos Cruzado e Real, por exemplo, verificou-se substancial incremento na remuneração do trabalhador rural. No primeiro caso, os salários passaram, nos períodos seguintes, por uma fase de intensas oscilações ao sabor da aceleração inflacionária e das novas tentativas de estabilização. Após os aumentos que se sucederam à implantação do Real, as remunerações se estabilizaram em novo patamar. Mas vários outros fatores contribuíram para o desempenho dos salários rurais.

Menos influenciado pela legislação que rege o mínimo urbano, dadas as naturais dificuldades de fiscalização e de padronização de contratos, durante longo período os salários rurais mantiveram autonomia ante os salários urbanos. A partir de meados dos anos 60, entretanto, a aceleração do êxodo rural e a implementação de uma legislação relativa ao trabalhador rural contribuíram para aproximar os mercados. Nessa dinâmica bastante complexa, por um lado pode-se atribuir a aceleração da expulsão dos trabalhadores rurais às exigências que compeliam o empregador rural a submeter-se às determinações de um diploma legal, estendendo ao trabalhador agrícola benefícios já comuns no meio urbano (como direito a férias remuneradas) e lhe assegurando direitos próprios (como o da residência no estabelecimento). Por outro lado, pode-se pensar que o êxodo fosse resultado das melhores condições de trabalho vigentes no meio urbano, e que tal legislação resultasse da necessidade de homogeneizar as condições de trabalho rurais e urbanas. Seja qual for a razão, nota-se que nos anos 70 os salários rurais e urbanos tenderam a registrar um movimento convergente.

Já nos anos 80, a década perdida, os salários rurais avançam em relação ao mínimo urbano no período que se segue ao Plano Cruzado. O êxodo rural continua, embora em proporções bem menores, e o emprego no campo continua a reduzir-se em função de avanços na mecanização, de mudanças na composição do produto agrícola (substituição de lavouras intensivas em mão-de-obra, como o algodão pela soja ou pela pecuária). Mas há também tendência a maior organização do trabalho no campo, como mostram as greves de trabalhadores no setor canavieiro e uma mudança na composição da mão-de-obra, com a substituição de trabalhadores permanentes (mensalistas, moradores etc.) por diaristas ou bóias-frias. Mais recentemente, a figura do bóia-fria agenciado por um empreiteiro autônomo, o *gato*, dá lugar a cooperativas de mão-de-obra, que tanto podem ser de fato cooperativas de trabalhadores quanto um novo nome para o velho sistema de empreitada, e que abrem um espaço para a flexibilização do mercado de trabalho agrícola.

As estatísticas relativas ao uso de mão-de-obra são bastante precárias. Boa parte dos pequenos responsáveis por estabelecimentos agrícolas (sejam proprietários, posseiros ou parceiros) freqüentemente acumula trabalho temporário na colheita de produtos como algodão, café e cana-de-açúcar. Por outro lado só no ano passado voltou a realizar-se um censo agropecuário (o anterior data de 1985).

Desde 1965, o Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV vem realizando levantamentos nacionais de salários no meio rural para cinco categorias de trabalhador (administrador, capataz, tratorista, mensalista e diarista).

Os resultados em nível nacional têm-se mantido bastante consistentes ao longo do tempo. No início dos anos 70, os salários registram um substancial aumento (que pode ser atribuído tanto aos fatores já mencionados, êxodo rural e extensão da legislação trabalhista ao setor rural, quanto a uma conjuntura de preços agrícolas em ascensão), para cair nos primeiros anos da década de 80 (quando, além da estagnação da economia em geral, os preços dos produtos agrícolas entram em uma fase de queda, resultante do aumento da produção das lavouras). De 1986 a 1994, os salários agrícolas oscilam acentuadamente sob o impacto dos planos de estabilização e da alta da inflação, mas registram uma tendência declinante. Após a implantação do Plano Real, os salários no meio rural apresentam uma alta significativa e se estabilizam num patamar bem superior ao vigente no período 1991-93, mas ainda assim bem inferior ao dos anos 70. Também a partir de 1986, o salário do mensalista passa a ser superior ao mínimo urbano.

A partir de 1986, os salários dos trabalhadores mais qualificados — administrador e tratorista — avançam mais do que o do trabalhador não-qualificado — mensalista —, ao mes-

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO é economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV.
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Brasil e regiões — salários médios no meio rural segundo categoria de trabalhador

(em R$ de dezembro de 1996)

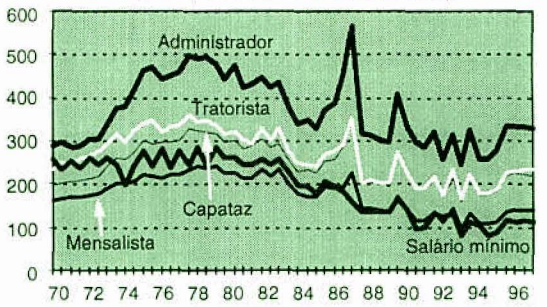
Anos	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista	Salário mínimo
1970	289,98	198,34	232,53	160,04	5,20	256,06
	295,12	201,33	250,10	167,57	5,29	234,09
1971	284,83	206,33	245,58	170,45	5,45	252,98
	287,84	208,29	259,58	171,66	5,65	236,14
1972	303,77	212,16	265,20	173,58	5,84	259,22
	304,82	215,27	274,97	178,19	5,96	243,13
1973	334,32	239,64	291,59	191,04	6,68	261,42
	376,54	260,68	317,04	202,75	7,55	244,24
1974	380,03	255,48	295,08	201,83	8,29	199,28
	413,68	270,55	322,91	205,38	9,01	241,57
1975	460,36	299,00	338,18	222,70	9,32	274,67
	470,04	291,02	349,05	216,80	9,20	239,65
1976	443,79	296,72	319,82	214,93	9,01	281,68
	448,09	295,24	330,92	220,20	8,93	236,19
1977	457,33	301,71	337,10	220,63	9,12	277,71
	499,28	326,87	357,45	232,91	9,33	245,18
1978	490,15	321,77	344,99	242,24	8,96	285,21
	492,13	319,17	345,92	235,75	9,13	245,51
1979	479,59	315,78	336,68	239,36	9,07	285,57
	442,72	294,26	315,57	226,69	8,70	260,41
1980	473,15	299,85	319,57	223,81	9,16	262,28
	424,32	280,30	303,24	213,11	8,62	244,48
1981	429,87	287,80	293,79	211,20	8,78	246,18
	447,53	304,23	326,02	234,84	8,76	258,08
1982	423,96	283,45	300,63	216,40	7,92	244,39
	433,88	292,00	329,45	233,84	8,15	255,32
1983	375,22	252,18	273,29	196,35	6,97	225,20
	338,79	228,70	247,21	177,20	6,38	198,98
1984	349,33	234,54	243,41	168,31	6,30	192,76
	327,88	223,43	242,16	171,38	6,03	179,18
1985	369,71	251,66	267,32	192,31	6,92	205,61
	385,03	255,06	274,82	189,86	7,14	192,62
1986	452,79	289,02	291,48	192,23	8,07	180,13
	563,92	351,11	352,09	223,90	11,09	156,40
1987	317,76	208,38	200,63	140,45	6,59	135,17
	313,11	203,03	209,37	141,38	6,03	135,76
1988	298,11	203,62	203,15	136,84	4,74	135,85
	297,68	194,01	202,34	134,19	4,52	134,01
1989	406,03	266,07	271,61	170,45	6,93	166,29
	331,34	217,79	226,24	139,79	4,75	138,77
1990	296,51	187,89	188,34	113,01	4,65	95,88
	282,71	183,73	190,57	113,50	4,94	98,68
1991	320,33	211,70	215,89	133,79	5,85	130,31
	255,24	169,31	173,55	110,65	4,86	121,26
1992	312,85	214,88	234,09	140,35	5,00	131,48
	242,98	157,14	166,74	95,40	3,97	79,90
1993	324,37	212,59	219,59	130,95	4,74	109,54
	257,20	173,32	177,90	108,12	3,80	102,21
1994	258,27	173,00	175,67	108,35	4,08	78,06
	277,35	180,71	185,73	110,44	5,85	87,85
1995	331,90	216,71	223,55	133,45	6,67	114,06
	331,29	223,05	229,61	136,67	6,65	109,34
1996	331,38	221,17	232,03	138,70	6,53	114,94
	327,20	218,82	234,03	139,44	6,52	112,00

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

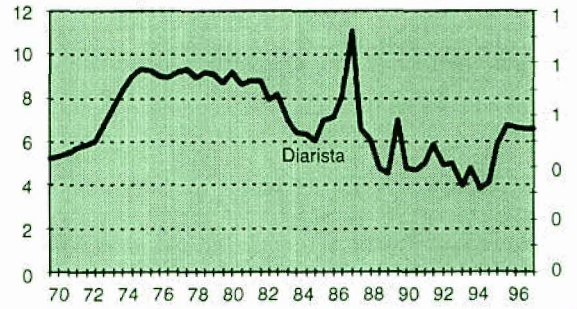
mo tempo em que a diária do trabalhador eventual supera bastante o valor diário do salário do mensalista.

Podem-se arriscar algumas conjecturas a respeito dessas alterações. Em primeiro lugar, esse movimento parece indicar que as mudanças na estrutura produtiva demandam um trabalhador mais qualificado, permitindo um avanço de sua remuneração. Em segundo lugar, a melhoria do pagamento ao trabalhador eventual tanto pode indicar que também nesta categoria se exige maior qualificação, ou pode ser o resultado de maior organização desse tipo de trabalhador. Por outro lado, não se deve esquecer que o aumento da diária pode estar sendo acompanhado de uma diminuição dos dias de trabalho (exigindo-se uma jornada mais longa ou mais intensa nos dias trabalhados), o que acabaria por não beneficiar o trabalhador.

Brasil — salários no meio rural
(em R$ de dezembro de 1996/mês)



Brasil — salários no meio rural
(em R$ de dezembro de 1996/dia)



Como é de se esperar, a categoria com remuneração mensal mais alta é a dos administradores, seguidos pelos tratoristas, cujo salário médio supera ligeiramente o dos capatazes. Os administradores, também na média, ganham entre duas e três vezes o que recebe um mensalista. Apesar de receberem bem mais do que o valor diário recebido pelos mensalistas, os diaristas acabam tendo um ganho inferior, por não conseguirem em geral trabalhar todos os dias úteis do mês e estarem sujeitos a longos períodos de desemprego na entressafra. Há ainda a considerar que, com bastante freqüência, o trabalhador diarista é obrigado a utilizar o auxílio de mulher e filhos para poder desempenhar as tarefas que lhe são impostas.

Regionalmente, os maiores salários são registrados no Centro-Oeste e no Sudeste. No primeiro caso, isso pode ser explicado pela ocorrência na região de grandes propriedades que recorrem ao trabalho assalariado numa área em que a população é relativamente escassa. No outro caso, trata-se de um mercado mais dinâmico, onde há maior possibilidade de se encontrarem empregos urbanos. Apenas no caso do diarista é que a maior remuneração média é encontrada no Sul do país. Também é interessante observar que, após a implantação do Plano Real, os salários dos tratoristas e dos mensalistas cresceram mais aceleradamente na região Sudeste.

Para todas as categorias de trabalhador rural, os menores salários são registrados, como é de se esperar, no Nordeste.